



**SUA APOSTA VENCEDORA
A M & F P A COMERCIO DE EQUIPAMENTOS E
PROGRAMAS DE COMPUTADOR LTDA
(CNPJ: 40.217.712/0001-81)**

SETOR SRTVS QUADRA 701, BLOCO O, Nº110, ED. MULTIEMPRESARIAL,
SALA 520, PARTE X3, ASA SUL, BRASILIA -DF, CEP 70.340-000
E-mail: suaapostavencedora@gmail.com

Produto V – Indicadores de Desempenho

Brasília, 2021

SUMÁRIO

Introdução	3
1. Dimensões avaliativas.....	4
2. Indicadores de Certificação.....	5
2.1. Adesão	5
2.2. Manutenção	6
3. Indicadores de Fiscalização	7
3.1. Auditoria de repasses ao Governo do Estado.....	7
3.2. Auditoria de pagamentos de prêmios	8
4. Indicadores de Qualidade dos serviços.....	9
4.1. Resolução de reclamações referentes a prêmios	9
4.2. Resolução de reclamações de outra natureza.....	10
4.3. Pagamento de prêmios de valor igual ou inferior ao limite de isenção do imposto sobre a renda	11
4.4. Pagamento de prêmios de valor superior ao limite de isenção do imposto sobre a renda.....	12
4.5. Continuidade dos serviços lotéricos.	13
5. Penalidades	14
6. Composição do grau relativo à qualidade dos serviços lotéricos prestados	15
7. Quadro-Síntese.....	16
Bibliografia.....	20

Introdução

O Estado de São Paulo, por meio do edital conjunto de chamamento público n. 4/2021, das Secretarias de Projetos, Orçamento e Gestão e de Fazenda e Planejamento [1], solicitou estudos por parte de pessoas físicas ou jurídicas de direito privado para a implantação e operação dos serviços lotéricos em seu território.

A partir do documento supracitado, foram solicitados de cada interessado 5 (cinco) produtos finais:

- Produto final I: Análise jurídico-regulatória
- Produto final II: Diagnóstico mercadológico e Estudo de Demanda
- Produto final III: Plano Operacional
- Produto final IV: Estudo de Viabilidade Econômico-Financeira
- Produto final V: Indicadores de desempenho

Este material se refere ao produto V, que, de acordo com o edital, deve ser elaborado no sentido de, pelo menos, responder aos questionamentos dispostos no conjunto de regras do certame.

As orientações estipuladas no documento foram transcritas a seguir

No caso que seja feita opção por um modelo de concessão, os estudos técnicos deverão considerar a construção da estrutura de indicadores de desempenho a ser proposta, que deverá estar diretamente associada aos encargos sugeridos.

O caderno de indicadores de desempenho deve conter descrição completa de cada indicador, seu peso, metodologia de medição e forma de impacto. ([1], p. 19)

A fim de atender os requisitos solicitados pelo Estado de São Paulo, este produto foi elaborado de forma a estipular indicadores de desempenho para os operadores de serviço de loteria. Mencione-se que estes, conforme sugestão apresentada no produto II, estarão vinculados ao Estado de São Paulo por meio do regime de concessão, da seguinte forma:

- a) Um único operador para modalidade lotérica sorteios de números e instantânea, nos meios físico e virtual;

- b) Três operadores de apostas esportivas (quota fixa e *pari mutuel*), em ambiente físico, que operarão, cada um, em monopólio regional, com as delimitações geográficas de exercício das atividades sugeridas no produto II.

O desenvolvimento deste produto foi realizado a partir da combinação das seções abaixo:

- 1) Dimensões Avaliativas
- 2) Indicadores de Certificação
- 3) Indicadores de Fiscalização
- 4) Indicadores de qualidade de serviços lotéricos
- 5) Penalidades
- 6) Composição do grau relativo à qualidade dos serviços lotéricos prestados
- 7) Quadro-Síntese

Este material foi elaborado para contribuir com o Poder Público Paulista. O objetivo é auxiliar na estruturação deste novo mercado, assim como na implantação e no aprimoramento de estrutura regulatória e fiscalizatória, a fim de que as boas práticas do setor lotérico possam ser introduzidas e continuadas no Estado.

1. Dimensões avaliativas

Os indicadores de desempenho sugeridos para os concessionários de loterias estão associados à qualidade dos serviços prestados, de modo a permitir que o Poder Concedente controle e assegure, de maneira sistematizada, o atendimento à finalidade do serviço concedido.

No intuito de se garantir a boa execução dos serviços, três grandes dimensões devem ser avaliadas:

- a) Certificação: associada à obtenção, por parte dos operadores, de certificados reconhecidos pelo Estado de São Paulo como instrumentos que buscam garantir as boas práticas de integridade das operações, como controle de segurança e gestão de segurança de informação, e do jogo responsável;
- b) Fiscalização: refere-se à verificação do pagamento de prêmios e dos repasses ao Poder Concedente, tanto do repasse social quanto da taxa de fiscalização; e
- c) Qualidade dos serviços: atendimento a reclamações de apostadores, assegurando o pagamento de prêmios e a celeridade deste ato.

Nas próximas seções, essas dimensões foram desdobradas em indicadores, a fim de permitir um *quantum* avaliativo, que será utilizado como métrica para a aplicação de sanções contratuais ou de eventual rescisão contratual por parte do Estado de São Paulo, sem prejuízo das demais sanções cabíveis nos âmbitos tributário, civil, trabalhista e criminal.

Recomenda-se que o Poder Concedente conclua as avaliações de cada dimensão e comunique o grau obtido no prazo de vinte dias subsequentes à data da entrega das informações necessárias por parte do operador.

2. Indicadores de Certificação

No quesito certificação, sugerem-se dois indicadores, com as respectivas descrição e metodologia apresentadas a seguir.

2.1. Adesão

Este indicador trata da adesão às certificações de controle de segurança, de jogo responsável e de sistema de gestão da segurança de informação.

O Poder Concedente deverá exigir dos operadores as seguintes certificações ou outras que vierem a lhes atualizar ou substituir:

- Certificação pela Norma de Controle de Segurança exarada pela Associação Mundial de Loterias (World Lottery Association Security Control Standard – WLA-SCS);
- Certificação de Jogo Responsável exarada pela Associação Mundial de Loterias (World Lottery Association Responsible Gaming Framework, WLA-RFG) – nível 4;
- Certificação ISO 27.001 relativa à norma do sistema de gestão da segurança da informação (ISMS - Information Security Management System).

O procedimento a ser adotado pelo Estado, a fim de garantir o adequado cumprimento do indicador é o seguinte:

- a) Exigir um plano de certificação do operador, que deverá ser iniciado em, no máximo, 6 meses após o início da prestação do serviço lotérico.
- b) Quando o plano de certificação tiver iniciado, o operador terá quinze dias para efetuar a devida comprovação ao Poder Concedente.
- c) O prazo para a obtenção das certificações corresponde a cinco anos contados a partir da data da comprovação estipulada no item (b).

Ao término do prazo de certificação, o Poder Concedente determinará, de forma binária, duas classificações para o indicador: CONCLUÍDA ou NÃO CONCLUÍDA.

2.2. Manutenção

Este indicador trata da manutenção das certificações apresentadas no item 2.1.

O Poder Concedente deverá verificar anualmente se os documentos relativos às certificações estão atualizados até o término do contrato de concessão. A verificação é realizada por meio de solicitação dos registros ao operador.

Se houver alguma não conformidade, deverá haver prazo de cinco dias úteis para que o operador apresente justificativa. Se a contestação não for adequada, o Poder Concedente atribuirá grau desfavorável ao indicador.

Há dois graus, também de forma binária, para este indicador: RELIZADA ou NÃO REALIZADA.

3. Indicadores de Fiscalização

No quesito fiscalização, sugerem-se dois indicadores, com as respectivas descrição e metodologia apresentadas a seguir.

3.1. Auditoria de repasses ao Governo do Estado

A auditoria dos repasses ao Governo do Estado de São Paulo está relacionada à verificação da conformidade dos pagamentos relativos aos valores que não estão relacionados ao pagamento de prêmios e ao percentual destinado a custeio e manutenção da atividade lotérica. Para a finalidade deste indicador, a taxa de fiscalização será considerada como uma espécie de repasse ao Estado.

Sugere-se que os repasses sejam feitos bimestralmente, tendo como data-base a data de início da execução do serviço lotérico. O repasse deve referir-se ao bimestre imediatamente anterior à data de pagamento, e este deverá ser feito até o dia 10 do mês subsequente ao do fechamento do respectivo bimestre.

Os critérios de reconhecimento de vendas das apostas contabilizadas no repasse bimestral deverão ser definidos pelo Poder Concedente em regulamento, considerando a prática comercial dos operadores.

Vale ressaltar que o operador não terá responsabilidade sobre os recursos que tiverem sido efetivamente repassados ao Tesouro Estadual.

Para que a auditoria seja realizada adequadamente, é importante que a autoridade fiscalizadora tenha acesso aos depósitos realizados no Tesouro

Estadual e que sejam definidos com a maior brevidade possível os códigos para depósito dos valores arrecadados com as diversas modalidades lotéricas (um código para cada modalidade lotérica), além de código específico para a taxa de fiscalização. Ademais, o Poder Concedente deve ter acesso aos demonstrativos contábeis trimestrais e anuais do operador, bem como a prestação de contas contendo informações sobre a execução do serviço e a programação e execução financeira.

Com base na análise dos depósitos e dos documentos apresentados, conforme procedimento usual de auditoria fiscal, o indicador (de forma binária) poderá ter dois graus: APROVADO ou REPROVADO. A reprovação deverá apresentar o *quantum* devido pelo operador, que poderá efetuar contestação em até cinco dias úteis da data do recebimento oficial do resultado.

Recomenda-se período avaliativo trimestral para este indicador.

3.2. Auditoria de pagamentos de prêmios

A auditoria de pagamentos de prêmios aos apostadores está relacionada à verificação da conformidade dos valores relacionados à premiação do consumidor-apostador, seja por meio da operação lotérica específica ou a partir de formas alternativas vinculadas às modalidades lotéricas comercializadas pelo operador.

Por meio da utilização do procedimento usual de auditoria, o Poder Concedente verificará se o prêmio foi pago ao apostador e no montante correto. A auditoria deverá ter cautela em relação aos prêmios prescritos, que devem ser excluídos de eventual cobrança do operador.

Recomenda-se periodicidade anual para a avaliação e os graus do indicador (binário) são APROVADO ou REPROVADO. A reprovação deverá apresentar eventuais falhas por parte do operador, que poderá efetuar contestação em até cinco dias úteis da data do recebimento oficial do resultado.

4. Indicadores de Qualidade dos serviços

No quesito qualidade dos serviços, sugerem-se cinco indicadores, com as respectivas descrição e metodologia apresentadas a seguir.

4.1. Resolução de reclamações referentes a prêmios

Este indicador afere a capacidade de resolução das reclamações de apostadores referentes ao pagamento de prêmios das modalidades lotéricas comercializadas pelo operador, além de premiações alternativas vinculadas à loteria.

Os canais para registro de reclamação devem ser disponibilizados tanto pelo operador quanto pelo órgão de fiscalização do Poder Público. No intuito de se garantir a celeridade da resolução da demanda do apostador, o Poder Concedente deve enviar a reclamação ao operador no prazo de um dia útil, contado a partir do recebimento da comunicação.

O operador possui cinco dias úteis, contados a partir do recebimento da queixa, para resolver o problema. Até o décimo dia do trimestre subsequente, o operador deve enviar relatório com todas as informações obtidas no trimestre anterior para avaliação.

Os graus atribuídos ao indicador são os seguintes:

- 3, se pelo menos 95% das reclamações relativas a prêmios forem atendidas em, no máximo, cinco dias úteis do recebimento da reclamação.
- 2, se pelo menos 90% das reclamações relativas a prêmios forem atendidas em, no máximo, cinco dias úteis do recebimento da reclamação.

- 1, se menos de 90% das reclamações relativas a prêmios forem atendidas em, no máximo, cinco dias úteis do recebimento da reclamação.

A contestação sobre os valores supostamente devidos poderá ser feita no prazo de cinco dias úteis.

4.2. Resolução de reclamações de outra natureza

Este indicador afere a capacidade de resolução das reclamações de apostadores referentes ao serviço do operador que não estão relacionadas a pagamento de prêmios.

Os canais para registro de reclamação devem ser disponibilizados tanto pelo operador quanto pelo órgão de fiscalização do Poder Público. No intuito de se garantir a celeridade da resolução da demanda do apostador, o Poder Concedente deve enviar a reclamação ao operador no prazo de um dia útil, contado a partir do recebimento da comunicação.

O operador possui cinco dias úteis contados a partir do recebimento da queixa para responder adequadamente. Até o décimo dia do trimestre subsequente, o operador deve enviar relatório com todas as informações obtidas no trimestre anterior para avaliação.

Os graus atribuídos ao indicador são os seguintes:

- 3, se pelo menos 95% das reclamações de outra natureza por parte dos apostadores forem atendidas em, no máximo, cinco dias úteis do recebimento da reclamação.
- 2, se pelo menos 90% das reclamações de outra natureza por parte dos apostadores forem atendidas em, no máximo, cinco dias úteis do recebimento da reclamação.
- 1, se menos de 90% das reclamações de outra natureza por parte dos apostadores forem atendidas em, no máximo, cinco dias úteis do recebimento da reclamação.

A contestação sobre o grau obtido poderá ser feita no prazo de cinco dias úteis.

4.3. Pagamento de prêmios de valor igual ou inferior ao limite de isenção do imposto sobre a renda

Este indicador afere a celeridade de pagamento dos prêmios de pequeno valor, cujo limite superior é o teto de isenção do imposto sobre a renda de pessoa física (IRPF).

O operador deverá fornecer os dados referentes à pessoa que recebeu o prêmio, ao valor pago, à data de solicitação do prêmio por parte do apostador (que estiver dentro do prazo prescricional) e à data do depósito ou entrega física.

O operador possui dois dias úteis, contados a partir do recebimento da solicitação por parte do apostador, para efetuar o depósito do valor devido em conta bancária ou a entrega física deste. O tempo entre o depósito bancário por parte do operador e a liberação dos recursos para o apostador não deverá ser considerado para este indicador.

Até o décimo dia do trimestre subsequente, o operador deve enviar relatório com todas as informações obtidas no trimestre anterior para avaliação.

Os graus atribuídos ao indicador são os seguintes:

- 3, se pelo menos 95% dos prêmios com valor igual ou inferior à faixa de isenção do IRPF forem pagos em, no máximo, dois dias úteis do recebimento da reclamação.
- 2, se pelo menos 90% dos prêmios com valor igual ou inferior à faixa de isenção do IRPF forem pagos em, no máximo, dois dias úteis do recebimento da reclamação.
- 1, se menos de 90% dos prêmios com valor igual ou inferior à faixa de isenção do IRPF forem pagos em, no máximo, dois dias úteis do recebimento da reclamação.

A contestação sobre o grau obtido poderá ser feita no prazo de cinco dias úteis.

4.4. Pagamento de prêmios de valor superior ao limite de isenção do imposto sobre a renda

Este indicador afere a celeridade de pagamento dos prêmios de valor superior ao teto de isenção do imposto sobre a renda de pessoa física (IRPF).

O operador deverá fornecer os dados referentes à pessoa que recebeu o prêmio, ao valor pago, à data de solicitação do prêmio por parte do Apostador (que estiver dentro do prazo prescricional) e à data do depósito ou entrega física.

O operador possui cinco dias úteis, contados a partir do recebimento da solicitação por parte do apostador, para efetuar o depósito do valor devido em conta bancária ou a entrega física deste. O tempo entre o depósito bancário por parte do operador e a liberação dos recursos para o apostador não deverá ser considerado para este indicador.

Até o décimo dia do trimestre subsequente, o operador deve enviar relatório com todas as informações obtidas no trimestre anterior para avaliação.

Os graus atribuídos ao indicador são os seguintes:

- 3, se pelo menos 95% dos prêmios com valor igual ou inferior à faixa de isenção do IRPF forem pagos em, no máximo, cinco dias úteis do recebimento da reclamação.
- 2, se pelo menos 90% dos prêmios com valor igual ou inferior à faixa de isenção do IRPF forem pagos em, no máximo, cinco dias úteis do recebimento da reclamação.
- 1, se menos de 90% dos prêmios com valor igual ou inferior à faixa de isenção do IRPF forem pagos em, no máximo, cinco dias úteis do recebimento da reclamação.

A contestação sobre o grau obtido poderá ser feita no prazo de cinco dias úteis.

4.5. Continuidade dos serviços lotéricos

Este indicador afere a capacidade do operador de prover, de forma contínua, serviços lotéricos.

Atendendo ao princípio da continuidade dos serviços públicos, o operador não pode deixar de prover as modalidades lotéricas que lhe foram delegadas, sem justa causa.

Deste modo, o indicador se refere ao número de dias em que o operador deixa de oferecer nos pontos de venda, sem justa causa, pelo menos um jogo de cada modalidade lotérica que lhe foi delegada.

A justa causa pode ser entendida como os motivos para a paralisação de serviço público já consagrados no Direito Administrativo Pátrio, além da falta de insumos utilizados na produção dos jogos.

Até o décimo dia do trimestre subsequente, o operador deve enviar relatório com todas as informações obtidas no trimestre anterior para avaliação.

Os graus atribuídos ao indicador são os seguintes:

- 3, se, no máximo, 5% dos pontos de venda ficaram sem receber jogos por até sete dias.
- 2, se, no máximo, 10% dos pontos de venda ficaram sem receber jogos por até sete dias.
- 1, se um número superior a 10% dos pontos de venda ficou sem receber jogos por até sete dias.

A contestação sobre o grau obtido poderá ser feita no prazo de cinco dias úteis.

5. Penalidades

As penalidades sugeridas variam conforme cada indicador e de acordo com as dimensões gerais. Vale ressaltar que somente deverão ser cobradas por parte do Poder Concedente após processo, em que sejam garantidos ao operador a ampla defesa e o contraditório.

No quesito certificação, é recomendado o seguinte:

- a) Rescisão do contrato pelo Poder Concedente no caso de grau NÃO CONCLUÍDA para o indicador de Adesão.
- b) Rescisão do contrato pelo Poder Concedente no caso de grau NÃO REALIZADA para o indicador de Manutenção, por dois períodos avaliativos consecutivos.

No quesito fiscalização, as penalidades para o operador são as seguintes, sem prejuízo das demais sanções previstas no ordenamento jurídico pátrio:

- a) Multa de 5% (cinco por cento) do valor devido acrescido de juros de mora de 1% (um por cento) e correção pelo Índice Geral de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) em favor do Estado de São Paulo até a data do pagamento, a partir da auditoria de repasses ao Estado.
- b) Multa de 5% (cinco por cento) do valor de prêmios devido acrescido de juros de mora de 1% (um por cento) e correção pelo Índice Geral de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) em favor do Estado de São Paulo até a data do pagamento, cumulado com igual penalidade em favor do apostador, a partir da auditoria de pagamento de prêmios

Na qualidade dos serviços lotéricos, deve-se enfatizar a importância da avaliação contínua e da possibilidade de melhora do nível de serviços do operador. Assim, é indicado que as avaliações sejam utilizadas conjuntamente, e que penalidades possam ser aplicadas a partir de uma média ponderada dos graus obtidos. Se o resultado for inferior a 2,0 (dois pontos) por mais de quatro períodos avaliativos consecutivos, é recomendada a penalidade de rescisão do contrato por parte do Poder Concedente, garantido o devido processo legal.

6. Composição do grau relativo à qualidade dos serviços lotéricos prestados

O quesito qualidade do serviço de loteria possui um grau-síntese, obtido a partir de média ponderada dos graus dos indicadores componentes. Os pesos foram apresentados no quadro abaixo:

Quadro 1 - Pesos dos indicadores de qualidade de serviço lotérico.

Índice (i)	Indicador	Peso
1	Resolução de reclamações referentes a prêmios	3
2	Resolução de reclamações de outra natureza	1
3	Pagamento de prêmios de valor igual ou inferior ao limite de isenção do imposto sobre a renda	1
4	Pagamento de prêmios de valor superior ao limite de isenção do imposto sobre a renda	3
5	Continuidade dos serviços lotéricos.	2

Fonte: elaboração própria.

A nota final (NF) é calculada a partir da seguinte fórmula:

$$NF = \frac{1}{10} \sum_{i=1}^5 GR_i \times PESO_i = \frac{GR_1 \times PESO_1 + GR_2 \times PESO_2 + GR_3 \times PESO_3 + GR_4 \times PESO_4 + GR_5 \times PESO_5}{10}$$

A partir da nota final, os graus do indicador agregado são:

- a) $NF \geq 2,0$ – Grau SATISFATÓRIO
- b) $NF < 2.0$ – Grau INSATISFATÓRIO.

7. Quadro-Síntese

Os indicadores de desempenho, seus graus e penalizações foram expostos, de modo sintético, no quadro abaixo

A M & F P A COMERCIO DE EQUIPAMENTOS E PROGRAMAS DE COMPUTADOR LTDA
CNPJ: 40.217.712/0001-81
PRODUTO V – INDICADORES DE DESEMPENHO

Quadro 2 - Quadro-síntese de indicadores.

Dimensão	Indicador	Breve descrição	Periodicidade de avaliação	Graus possíveis	Penalização
Certificação	Adesão	adesão às certificações de controle de segurança, de jogo responsável e de sistema de gestão da segurança de informação.	Uma única vez – cinco anos após a confirmação do recebimento do plano de certificação	CONCLUÍDA/NÃO CONCLUÍDA	Rescisão do contrato pelo Poder Concedente no caso de grau NÃO CONCLUÍDA para o indicador de Adesão.
	Manutenção	manutenção das certificações obtidas no processo de adesão	Anualmente após a conclusão da Adesão	REALIZADA/NÃO REALIZADA	Rescisão do contrato pelo Poder Concedente no caso de grau NÃO REALIZADA para o indicador de Manutenção, por dois períodos avaliativos consecutivos.
Fiscalização	Auditoria de repasses ao Estado	verificação da conformidade dos pagamentos relativos aos valores que não estão relacionados ao pagamento de prêmios e ao percentual destinado a custeio e manutenção da atividade lotérica.	Trimestral	APROVADA/ REPROVADA	Multa de 5% (cinco por cento) do valor devido acrescido de juros de mora de 1% (um por cento) e correção pelo Índice Geral de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) em favor do Estado de São

A M & F P A COMERCIO DE EQUIPAMENTOS E PROGRAMAS DE COMPUTADOR LTDA
CNPJ: 40.217.712/0001-81
PRODUTO V – INDICADORES DE DESEMPENHO

					Paulo até a data do pagamento, a partir da auditoria de repasses ao Estado.
	Auditoria de pagamento de prêmios	de verificação da conformidade dos valores relacionados à premiação do consumidor-apostador, seja por meio da operação lotérica específica ou a partir de formas alternativas vinculadas às modalidades lotéricas comercializadas pelo operador	Anual	APROVADA/ REPROVADA	Multa de 5% (cinco por cento) do valor de prêmios devido acrescido de juros de mora de 1% (um por cento) e correção pelo Índice Geral de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) em favor do Estado de São Paulo até a data do pagamento, cumulado com igual penalidade em favor do apostador, a partir da auditoria de pagamento de prêmios
Qualidade dos serviços lotéricos prestados	Resolução de reclamações referentes a prêmios	afere a capacidade de resolução das reclamações de apostadores referentes ao pagamento de prêmios das modalidades lotéricas comercializadas pelo operador, além de premiações alternativas vinculadas à loteria.	Trimestral	1 a 3 (peso 3)	<p>Calcula-se a nota final, dada por</p> $NF = \frac{1}{10} \sum_{i=1}^5 GR_i \times PESO_i$ <p>Se o resultado for inferior a 2,0 (dois pontos) por mais de quatro</p>

A M & F P A COMERCIO DE EQUIPAMENTOS E PROGRAMAS DE COMPUTADOR LTDA
CNPJ: 40.217.712/0001-81
PRODUTO V – INDICADORES DE DESEMPENHO

					períodos avaliativos consecutivos, é recomendada a penalidade de rescisão do contrato por parte do Poder Concedente
	Resolução de reclamações de outra natureza	afere a capacidade de resolução das reclamações de apostadores referentes ao serviço do operador que não estão relacionadas a pagamento de prêmios.	Trimestral	1 a 3 (peso 1)	
	Pagamento de prêmios de valor igual ou inferior ao limite de isenção do imposto sobre a renda	afere a celeridade de pagamento dos prêmios de pequeno valor, cujo limite superior é o teto de isenção do imposto sobre a renda de pessoa física (IRPF).	Trimestral	1 a 3 (peso 1)	
	Pagamento de prêmios de valor superior ao limite de isenção do imposto sobre a renda	afere a celeridade de pagamento dos prêmios de valor superior ao teto de isenção do imposto sobre a renda de pessoa física (IRPF).	Trimestral	1 a 3 (peso 3)	
	Continuidade dos serviços lotéricos.	afere a capacidade do operador de prover, de forma contínua, serviços lotéricos.	Trimestral	1 a 3 (peso 2)	

Bibliografia

- [1] ESTADO DE SÃO PAULO, *Editais de chamamento público 004/2021 - Implantação e Operação dos Serviços Lotéricos no Estado de São Paulo.*, São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2021.